



# DIREITO DO TRABALHO



**Estratégia**  
OAB

## SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

### DIREITO DO TRABALHO

Olá, pessoal.

Sejam bem-vindos ao nosso primeiro simulado no curso de repescagem da 2ª Fase da OAB.

Neste momento, você deve se colocar em treino em situação semelhante a que você se deparará no dia da prova.

Desta forma, já se organize para treinar por cinco hora, tempo que terá disponível também no grande dia. Lembre-se que a correção do simulado acontecerá no Youtube do Estratégia OAB às 14h do dia 02/03, no seguinte link:

<https://www.youtube.com/watch?v=ZWSmKNrxzNQ>

**Logo, não será o momento de me enviar o simulado para correção.**

O vídeo ficará disponível para que possa assistir quando tiver disponibilidade, e sem qualquer prejuízo.

O PDF com o gabarito deverá ser disponibilizado na sua área do aluno, conforme cronograma, no dia 04/03.

Então, vamos ao treino.

Bons estudos,

Prof.ª Priscila Ferreira

## PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

O Hospital Saúde S/A foi condenado em reclamação trabalhista proposta em 07/09/2018 por Maria Laura, em tramite perante a 45ª Vara do Trabalho de Recife/PE, sentença já transitada em julgado, nos seguintes termos:

“Isto posto, julgo procedente o pedido, para condenar a Reclamada a pagar a reclamante o que se apurar em regular liquidação de sentença a título de adicional de insalubridade e 2 horas extras diárias, com respectivos reflexos em férias, décimo terceiro salário e FGTS, acrescido de indenização compensatória de 40%.”.

Iniciado o cumprimento da sentença, as partes foram intimadas para apresentar cálculos. Ambos apresentaram suas contas, tendo o juiz homologado os cálculos apresentados pela exequente no importe de R\$ 40.000,00 (quinze mil reais).

A Executada foi devidamente citada para pagamento, quedando-se inerte.

A Reclamante não localizou bens da empresa para satisfazer a execução e, assim, pediu a desconsideração da personalidade jurídica, o que restou deferido pelo juiz, sendo válido ressaltar que as tentativas de localização de bens ou valores em dinheiro em nome dos sócios também restou infrutífera.

Todavia, a Exequente logrou êxito em localizar um imóvel de propriedade da ex-esposa de um dos sócios da Reclamada, Senhora Fernanda Pontes, cujo divórcio e partilha de bens ocorreu em 23/02/2001, razão pela qual a Reclamante requereu ao juízo que a penhora recaísse sobre tal bem, o que restou deferido pelo Magistrado, já que não havia qualquer registro da partilha na matrícula do imóvel.

**QUESTÃO:** Considerando que a Senhora Fernanda Pontes lhe procura como advogado(a), apresentando documento que comprova a data da partilha dos bens, devidamente homologada, apresente medida a fim de defender os interesses de seu cliente. (Valor: 5,00)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

**QUESTÃO 01**

Em fase de execução de sentença proferida pela 15ª Vara do Trabalho do Natal/RN, o magistrado expediu mandado para pagamento do débito exequendo no importe de R\$ 90.000,00 em desfavor da Empresa Comunidade da Paz LTDA, nos autos da Reclamação Trabalhista que lhe move Noel Pereira. Determinou que o valor deveria ser pago em até 15 dias sob pena de incidência de multa no importe de 10% sobre o valor do débito, prevista na legislação processual vigente.

Diante da situação hipotética supra, responda:

**De acordo com a jurisprudência atual, foi acertada referida multa? Justifique. (Valor: 1,25)**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**QUESTÃO 02**

Lorena Pamploma, empregadora doméstica, foi surpreendida com a penhora no importe de R\$ 2.500,00 sobre o seu salário (R\$ 3.000,00 mensais que recebe de seu empregador) relativa ao crédito exequendo buscado nos autos do processo nº 1234/2012, que lhe move Francisca de Aragão, sua antiga empregada doméstica.

**Diante da situação hipotética supra e nos termos da jurisprudência do TST, responda de forma fundamentada:**

**a) Há viabilidade da penhora realizada no caso em tela? Explique. (Valor: 0,65)**

**b) Caso se tratasse de penhora em conta poupança, há alguma restrição a ser observada? Justifique. (Valor: 0,60)**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## QUESTÃO 03

Gilson Meireles trabalha para a empresa “Boi Fresco LTDA.”. Laborava sempre das 8h00 às 17h00, com uma hora de intervalo para almoço e descanso. Fernando presta serviços no setor de desossa do frigorífico, desempenhando suas funções em ambiente refrigerado artificialmente com temperatura interna gravitando entre 8° e 10° Celsius, em razão da necessidade de ambiente refrigerado para manipulação do produto - carne bovina - produzido pela empregadora e sua preservação. A empresa nunca lhe concedeu o intervalo previsto no artigo 253 da CLT, sob o fundamento de que o empregado não realizava suas funções no interior das câmaras frigoríficas.

Em face da situação hipotética acima apresentada, responda, de forma fundamentada, se a atitude do empregador está correta. (Valor: 1,25)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## QUESTÃO 04

O Estado de São Paulo é condenado, pela Justiça do Trabalho, na condição de tomador de serviços terceirizados, ao pagamento de verbas trabalhistas devidas ao empregado da empresa prestadora de serviços.

Diante disso, responda, justificadamente, aos seguintes itens.

- a) É possível que a decisão proferida pela Justiça do Trabalho tenha reconhecido vínculo empregatício diretamente com o ente da Administração Pública Direta, o Estado? (Valor: 0,65)
- b) Qual é o prazo que o Estado de São Paulo tem para interpor recurso ordinário? Confirmada a sentença e sobrevindo a execução, qual será o prazo para ajuizar embargos à execução? (Valor: 0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



**Sucesso,**

**Prof.ª Priscila Ferreira.**